mentos fundamentais do PDM, decorrentes da entrada em vigor de outros planos de ordenamento do território;

Necessidade de analisar e ponderar sobre os modelos de uso e desenvolvimento do território previstos nos PROZEA e POAAP, em articulação e consonância com a estratégia de desenvolvimento sustentado preconizado para o município;

Estar em curso a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo (PROT) Alentejo;

Ter sido determinada a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito (POAA) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2005, de 28 de Junho);

Desactualização profunda da cartografia que esteve na base da elaboração do PDM;

Novas disposições legais e regulamentares com origem em diversa legislação sectorial;

Obrigatoriedade de revisão do PDM decorrido o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor (n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado no Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro).

Ponderando sobre o teor dos artigos 93.º e 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado no Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, sublinhado pelo determinado no artigo 1.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, de 4 de Agosto — POAAP, pelo exposto no preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2002, de 9 de Abril — PROZEA, bem como pelo constante no artigo 54.º do Decreto Regulamentar n.º 36/2007, de 2 de Abril — PROF AC, esta Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de Junho de 2007, deliberou determinar a elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Portel (artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado no Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro).

O prazo de elaboração da revisão deste plano municipal será, previsivelmente, de 12 meses após a formalização da contratação relativa à aquisição de bens e serviços.

De acordo com o determinado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado no Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal publicita a presente deliberação de determinação de elaboração da revisão do PDM para, pelo período de 30 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, formulação de sugestões, bem como apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito deste procedimento.

A participação dos interessados, devidamente identificados, pode ser efectuada por qualquer meio escrito junto desta Câmara Municipal por carta para Largo de D. Nuno Álvares Pereira, 7220-375 Portel; por fax: 266611347 ou por correio electrónico: *e-mail* dao@cm-portel.pt.

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Norberto António Lopes Patinho*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Aviso (extracto) n.º 17 395/2007

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84), faz-se saber que, em processo disciplinar instaurado contra o tratador-apanhador de animais Luís Miguel Pinto Rodrigues, mec. 5682, foi formulada a correspondente acusação.

O arguido poderá consultar o processo D/02/07, no Edifício dos Paços do Concelho, no 5.º piso, sala 553, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, todos os dias úteis, pessoalmente ou assistido por advogado constituído.

Pode apresentar a sua defesa por escrito, no prazo de 30 dias contados da data de publicação do presente aviso.

A falta injustificada da resposta do arguido no prazo estabelecido considerar-se-á, para todos os efeitos, como efectiva audiência do mesmo.

24 de Agosto de 2007. — A Directora Municipal de Recursos Humanos, *Norberta Lima*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

Aviso n.º 17 396/2007

Operação de loteamento n.º 7/05 — Discussão pública

João António de Sousa Pais Lourenço, presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, torna público que, em cumprimento do prescrito no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho,

pelo período de 15 dias a contar do 8.º dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, se encontra nos Serviços Administrativos de Obras da Câmara Municipal, para discussão pública, o projecto de operação de loteamento n.º 7/05, a levar a efeito no lugar de Cantarinho, freguesia de São João de Areias, em nome de Vivendas de Cantarinho, Construções, L.da, acompanhada dos respectivos pareceres.

Mais se torna público que, durante esse período, qualquer interessado poderá expressar, por escrito, as suas reclamações, para a Câmara Municipal. Para constar se publica o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

6 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046226

Aviso n.º 17 397/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar do grupo de pessoal técnico superior da carreira de técnico superior, categoria de estagiário — Arquitecto — Nomeação

Para efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho presidencial de 31 de Agosto findo, foi efectuada a nomeação provisória, nos termos prescritos no n.º 1 do artigo 6.º do já referido Decreto-Lei n.º 427/89, pelo período de um ano, para o grupo de pessoal técnico superior da carreira de técnico superior, categoria de estagiário — arquitecto, do candidato Manuel da Câmara Pestana de Noronha Gamito.

Mais se torna público que, de conformidade com o estipulado no artigo 11.º da legislação supra, o candidato referido deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (A nomeação em causa encontra-se isenta de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos prescritos no artigo 114.º do capítulo IX da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, em conjugação com o n.º 1 do artigo 48.º da secção II do capítulo IV da referida lei e o artigo 130.º do capítulo XVII da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.)

3 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046380

Aviso n.º 17 398/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar do grupo de pessoal técnico da carreira de engenheiro técnico, categoria de estagiário — Ambiente — Nomeação

Para efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho presidencial de 29 de Agosto findo, foi efectuada a nomeação provisória, nos termos prescritos no n.º 1 do artigo 6.º do já referido Decreto-Lei n.º 427/89, pelo período de um ano, para o grupo de pessoal técnico da carreira de engenheiro técnico, categoria de estagiário — ambiente, da candidata Sandra Filomena Isidoro da Silva.

Mais se torna público que, de conformidade com o estipulado no artigo 11.º da legislação supra, a candidata referida deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (A nomeação em causa encontra-se isenta de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos prescritos no artigo 114.º do capítulo IX da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, em conjugação com o n.º 1 do artigo 48.º da secção II do capítulo IV da referida lei e o artigo 130.º do capítulo XVII da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.)

3 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046374

Aviso n.º 17 399/2007

Para efeitos do estatuído na alínea *a*) no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho presidencial de 22 de Agosto findo, foi nomeada para o lugar do grupo de pessoal técnico profissional da carreira de fiscal municipal, categoria de 2.ª classe, desta autarquia a funcionária Ivone Marisa Correia de Araújo Alexandre. A presente nomeação resulta do pedido de transferência efectuado pela funcionária e aceite por despacho presidencial de 22 de Agosto último.

Mais se torna público que de conformidade com o estipulado no artigo 11.º do já mencionado Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezem-

bro, adaptado à administração local pelo, também já dito Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a funcionária citada deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (A nomeação em causa encontra-se isenta de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos prescritos no artigo 114.º do capítulo IX da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, em conjugação com o n.º 1 do artigo 48.º da secção II do capítulo IV da referida lei e o artigo 130.º do capítulo XVII da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.)

4 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046370

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 17 400/2007

Concurso externo de ingresso para admissão de dois estagiários da carreira de psicologia

Torna-se público que, por despacho de 21 de Junho de 2007 do presidente da Câmara, foi autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com as candidatas classificadas em 1.º e 2.º lugares no concurso em epígrafe, Amélia Maria Santos Pinto Carneiro e Joana Isabel Machado Moutinho Silva Mouta, para estágio da carreira de psicologia, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

Deverão as interessadas iniciar as respectivas funções no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2007. — O Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, *Celestino Augusto Soares Portela*.

2611046287

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 17 401/2007

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo presidente, pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro, faz público que esta Câmara Municipal, reunida em 30 de Agosto de 2007 e nos termos do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a operação de alteração ao loteamento com o alvará n.º 18/80, sito em Cumeadas, lote 4, processo de loteamento n.º 8/2007, em nome da FILIGALVA — Construção Civil, L.da, para o prédio sito em Cumeadas, Santiago do Cacém, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 2694/20060113, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3030 da respectiva freguesia.

A alteração consiste no aumento da área de implantação, da área bruta de construção, do número máximo de fogos e do número de pisos do lote 4, mantendo-se os restantes lotes inalterados.

Durante o prazo acima referido, o processo estará disponível, para consulta, na DGU (Divisão de Gestão Urbanística), nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas, por escrito, ao presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

31 de Agosto de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro Beijinha*.

2611046238

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Rectificação n.º 1520/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2007, a p. 25 344, foi publicado com inexactidão o aviso n.º 544455 da Câmara Municipal do Seixal. Assim, no n.º 5.2, requisitos especiais, onde se lê «Ref.ª n.º 36/2007» deve ler-se «Ref.ª n.º 39/2007» e onde se lê «Ref.ª n.º 39/2007» deve ler-se «Ref.ª n.º 36/2007».

31 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Joaquim Cesário Cardador dos Santos*.

2611046433

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Aviso (extracto) n.º 17 402/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 3 de Setembro do corrente ano, nomeei para as categorias de técnico superior, engenheiro civil assessor principal, Manuel Tavares Marques, técnico profissional, fiscal municipal de 1.ª classe, Anabela Bastos Pereira e Norberto Fernandes, operário qualificado, operário principal (calceteiro), António Fernandes de Sousa Pinto, operário qualificado, operário principal (carpinteiro de limpos), Américo Almeida Soares, Júlio Soares Rodrigues e Rui Pedro Pinho Soares, operário qualificado, operário principal (electricista), Manuel Martinho Dias de Sousa, precedendo concursos, os quais deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

3 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José António Bastos da Silva*.

2611046445

CÂMARA MUNICIPAL DE VELAS

Aviso n.º 17 403/2007

Abertura de concursos internos de acesso geral

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 4 de Setembro corrente, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 28.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os concursos internos de acesso geral a seguir indicados:

I — 1 lugar de operário qualificado principal, da carreira de cantoneiro de arruamentos;

II — 11 lugares de operário qualificado principal, da carreira de pedreiro;

III — 1 lugar de assistente administrativo especialista, do grupo de pessoal administrativo;

IV — 1 lugar de tesoureiro principal, do grupo de pessoal administrativo.

2 — Os presentes concursos são abertos ao abrigo da legislação regulamentadora da matéria, designadamente os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 518/99, de 10 de Dezembro, e 141/2001, de 24 de Abril.

3 — O local de trabalho será na área do município de Velas para os lugares de operário e no edifício dos Paços do Município para os lugares do grupo de pessoal administrativo.

4 — Os concursos são válidos somente para as vagas postas a concurso e caducam com o respectivo preenchimento.

5 — Conteúdos funcionais:

5.1 — Concursos I e II — o constante do despacho n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990, do SEALOT;

5.2 — Concursos III e IV — o constante do despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989, do SEALOT.

6 — Requisitos para admissão aos concursos:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais:

Concursos I e II — o constante do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Concurso III — o constante da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Concurso IV — o constante da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Os interessados deverão dirigir ao presidente da Câmara Municipal de Velas, Rua de São João, 9800-539 Velas, São Jorge, Açores, dentro do prazo estabelecido, requerimento, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, e dele devem constar elementos de identificação do candidato (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço